

24 MAR 1993

4 Brasília, quarta-feira, 24 de

44
CORREIO BRAZILIENSE

Corrêa rebate ACM e arquiva as denúncias

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, disse ontem que as acusações do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, de que há corrupção no Ministério do Bem-Estar Social e que ela está sendo acobertada, "não têm fundamento". O Ministério da Justiça não cogita, por isso, mudar a decisão da comissão da Ouvidoria-Geral da República a favor do arquivamento das denúncias por falta de provas, segundo informou o ministro, após encontrar-se com o presidente Itamar Franco, em sua casa, ontem.

No encontro, o ministro da Justiça entregou a Itamar uma cópia do relatório da comissão, que, segundo Corrêa, examinou "criteriosamente" todas as acusações feitas pelo governador. "Não vou comprometer meu passado e minha honorabilidade com o acobertamento de corrupção", rebateu o ministro. A comissão é presidida por Corrêa e todos seus integrantes são assessores do Ministério da Justiça: o secretário-executivo, Theo Pereira da Silva, o secretário de Estudos Legislativos, Galba Menegale, e o consultor-jurídico Guilherme Henrique Magaldi Neto.

No despacho com Corrêa, o Presidente pediu mais esclarecimentos sobre a denúncia de falsificação da assinatura do representante da Empresa de Saneamento da Bahia — a Embase — num convênio do Ministério do Bem-Estar Social com a prefeitura de Barreiras (BA). "Mas não há nada a apurar", antecipou o ministro, que informou que o convênio, sob suspeita de falsificação, sequer chegou a ser assinado. "Os documentos estão abertos ao exame da imprensa e de quem quer que seja", acrescentou.

Corrêa deixou claro que, para o Governo, as denúncias de Antônio Carlos têm o único objetivo de atingir politicamente o Presidente. "Se é uma coisa grave, por que ele não foi à Polícia Federal, à Justiça, e apenas procurou denunciar o Presidente?"